Acórdão: 22.788/17/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000567370-15
Impugnação: 40.010141243-78
Impugnante: Luiz Franklin de Souza Junior
CPF: 643.658.326-20
Origem: DFT/Manhuaçu

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA devido, em virtude da constatação de que o proprietário do veículo tem residência habitual neste estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do Código Tributário Nacional - CTN. O registro e o licenciamento do veículo no estado do Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Corretas as exigências de IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, em virtude do registro e licenciamento indevido no estado do Espírito Santo, do veículo de placa ODC-7161, uma vez que a Fiscalização constatou que o proprietário reside em Manhuaçu/MG.

Exige-se IPVA e a Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

Mediante Ofício nº 319/2013, a Delegacia Fiscal de Trânsito (DFT) de Manhuaçu solicita documentação do veículo placa ODC-7161, comprovação de domicílio do Autuado e, ainda, recibo de transferência do citado veículo para Minas Gerais com o comprovante de recolhimento do IPVA (fls. 17/18 e fls. 20/21).

O Contribuinte manifesta-se às fls. 24 e anexa os documentos de fls. 25/42, alegando, em síntese, que possui domicílio residencial no estado do Espírito Santo e que elegeu como domicílio fiscal a cidade de Vitória/ES ao teor dos arts. 71 e 72 do Código Civil Brasileiro.

Conforme Ofício nº 126/2016, a DFT/Manhuaçu reitera a solicitação de apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) transferido para Minas Gerais e comprovante do recolhimento do IPVA do referido veículo (fls. 48).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Contribuinte manifesta-se e reitera a eleição do domicílio fiscal no estado capixaba e informa que somente em 2016 voltar a firmar residência com ânimo definitivo em Manhuaçu/MG. Entretanto não apresenta a transferência do veículo para Minas Gerais e tampouco o comprovante de recolhimento do IPVA.

A Fiscalização emite o Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF) nº 10.000.016.688-27 (fls. 02 e 04) e lavra a Notificação de Lançamento - NL (fls. 05/08 e Aviso de recebimento – AR às fls. 77) para exigência do IPVA e penalidades cabíveis.

Inconformado, o Autuado apresenta tempestivamente a Impugnação às fls. 78, acompanhada dos documentos de fls. 79/103 com os seguintes argumentos:

- afirma que explanara em outra manifestação defensiva devidamente documentada, protocolizada em 02/06/16, que o veículo fora emplacado no Espírito Santo porque exercia suas atividades naquele estado à época do fato gerador e, por conseguinte, elegeu tal estado como seu domicílio tributário, entendendo que o IPVA poderia ser recolhido para o estado capixaba à luz do CTN e Código Civil;

- informa que respondeu a várias correspondências que recebera, sem manifestação da DFT/Manhuaçu.

Requer o cancelamento do lançamento.

A Fiscalização manifesta-se às fls. 106/128, oportunidade em que refuta os argumentos da Defesa e pugna pela procedência do lançamento.

O Núcleo de Atendimento, Triagem e Publicação (NATP) do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais (CC/MG), conforme Termo de Remessa de fls. 133, determina abertura de vista ao Impugnante, ao teor do art. 140 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, em virtude de documentação juntada às fls. 108/111 da Manifestação Fiscal.

O Impugnante manifesta-se às fls. 137/138 e anexa os documentos de fls. 139/161, alegando em síntese:

- em momento algum negou que exerce atividade laboral em Minas Gerais, e segundo seu entendimento tal fato não o impediria de também exercer atividades em outro estado;

- assevera que resultado de consulta na Internet não poderia ser utilizado, sendo a informação vaga e inconcebível;

- sustenta que seus trabalhos junto à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil em Minas Gerais deu-se em outros municípios mineiros onde poderia ter emplacado seus veículos;

- anexa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), acerca de domicílio tributário.

A Fiscalização, às fls. 164/168, novamente se manifesta, refutando as alegações do Impugnante e reiterando o pedido de procedência do lançamento.

DECISÃO

Os fundamentos expostos na manifestação fiscal foram, em parte, utilizados pela Câmara para sustentar sua decisão e, por essa razão, passam a compor o presente Acórdão com pequenas alterações e adaptações de estilo.

A acusação fiscal é de falta de recolhimento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) devido ao estado de Minas Gerais, nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, referente ao veículo de placa ODC-7161, de propriedade do Autuado.

A Fiscalização, por meio de cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES e Receita Federal, constatou que o veículo mencionado encontra-se registrado e licenciado no estado do Espírito Santo, apesar de o proprietário residir no município de Manhuaçu/MG.

A questão do domicílio tributário, para se aferir o sujeito ativo da relação tributária competente para exigir o pagamento do IPVA, precisa ser analisada no contexto da legislação que rege a matéria.

A Constituição da República de 1988 (CR/88), no art. 155, inciso III, conferiu aos estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem em outro, diferente daquele em que houve o registro do veículo.

Essa prática implica perda de arrecadação para o estado e município de residência do proprietário do veículo.

No caso do estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que, ao dispor sobre o pagamento do IPVA, estabeleceu:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no estado.

(...)

Art. 4º - Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10 - As alíquotas do IPVA são de:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I - 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II - 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

(...)

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao estado de Minas Gerais quando, em regra geral, o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no estado.

Cabe, todavia, indagar quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento no estado de residência de seu proprietário.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (Grifou-se.)

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se que, não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade.

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN (Código Tributário Nacional), posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária, que assim determina:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

(...)

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na

ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA, é o previsto no artigo supramencionado, o qual determina que as pessoas registrem seus veículos na unidade da Federação onde residam com habitualidade.

Essa assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Passa-se, então, à análise dos documentos anexados aos autos pela Fiscalização para comprovar o domicílio tributário no estado de Minas Gerais:

Inicialmente, cita-se pesquisa, efetuada em 07/03/16, referente ao Autuado junto ao site Escavador (<https://www.escavador.com/sobre/9958820/luiz-franklin-de-souza-junior>):

De acordo com os dados indexados: Luiz Franklin de Souza Junior é Advogado(a) com o OAB 86667/MG e possui 1279 processos indexados, até então, pelo Escavador. Com 1276 processos no Estado de Minas Gerais, além de 2 processos no Estado de São Paulo. Desses processos, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil foi a parte que mais apareceu, totalizando 974 ou mais processos, seguida por Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - Cna com 96 ou mais processos. Seus clientes com mais processos aqui são: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil com 974 processos, seguido por Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - Cna com 96 processos.

Ora, fica evidente que o centro das atividades do Autuado é no estado de Minas Gerais, uma vez que na consulta retrocitada são 1.276 (um mil, duzentos e setenta e seis) processos no estado mineiro e apenas 02 (dois) em São Paulo, não havendo citação alguma a processos na justiça do Espírito Santo.

Resta cristalino, que a atividade prevalente do Autuado é advocacia, com centro das atividades em Manhuaçu, desde que se inscreveu na Ordem dos Advogados do Brasil, no estado de Minas Gerais (OAB/MG).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ademais, atestam a residência e domicílio do Autuado nesta cidade de Manhuaçu/MG, o recebimento dos ofícios e intimações conforme Avisos de Recebimento (AR) acostados às fls. 04, 19 e 77 dos autos.

Em Declaração às fls. 24 e 51, em 02/10/13, o Autuado informa que tem domicílio em Manhuaçu e em Vitória, mas tal documento está com firma reconhecida em cartório de Manhuaçu/MG

As contas de energia elétrica apresentadas às fls. 33/36 referem-se a consumo de 2010, anterior ao primeiro período da autuação, que foi 2011.

O contrato de Associação de Advogados apresentado às fls. 40/42 refere-se à empresa de advogados APD Almeida & Pandolfi Damico Advogados, site <http://www.apdadvogados.com.br>.

Em que pesem o aspecto existencial do contrato, não há comprovação alguma na documentação apresentada de que o Autuado tenha efetivamente exercido atividades no Estado do Espírito Santo.

Ademais, corrobora este entendimento o fato de não ter inscrição na OAB/ES e a pesquisa ao site Escavador supra mencionada, que não relaciona nenhum trabalho junto à Justiça capixaba.

Deste modo, todos os elementos apresentados nos autos demonstram de forma incontestável que o Autuado tinha residência e domicílio em Manhuaçu, além de ser esta cidade o centro habitual de suas atividades.

Nesse diapasão, não lhe caberia, à luz da legislação em vigor, escolher livremente o ente federado para o qual recolheria o IPVA.

O CTN estabelece qual é o domicílio tributário do contribuinte e o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), por sua vez, determina que os veículos automotores deverão ser emplacados no município de domicílio ou residência de seu proprietário.

Na impugnação apresentada, o Autuado argumenta também que era locatário de outro imóvel no estado capixaba o que lhe conferiria o direito de escolher o seu domicílio tributário.

No entanto, como já exposto, o domicílio tributário é a residência habitual do contribuinte, local onde a pessoa física permanece a maior parte de seu tempo.

Ressalta-se que o Impugnante não conseguiu juntar aos autos documentos que pudessem descaracterizar sua residência em Manhuaçu/MG, devidamente comprovada pelas consultas acostadas pela Fiscalização.

Portanto, conclui-se que, pela legislação posta, o sujeito ativo competente para receber o IPVA é o estado da Federação em que reside com habitualidade o proprietário do veículo, e, no caso em exame, é o estado de Minas Gerais, pelas provas constantes dos autos.

Assim, evidenciada a falta de pagamento do IPVA, a Fiscalização está correta ao exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 12 - O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

(...)

§ 1º - Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

Registra-se por oportuno que razão não assiste à Defesa, no tocante ao argumento de que não poderia ser utilizada a Internet como fonte de consulta como adiante se verá.

A lei nº 12.965/14, conhecida como o Marco Civil da Internet, em linhas gerais estabelece a proteção à privacidade dos usuários no uso da Internet no Brasil.

Associado a esses fatores, a Lei nº 13.105, de 16/03/15 (Novo Código de Processo Civil - NCPC), reforça o uso e a validade dos documentos eletrônicos como elemento de prova em processo judicial, pois até a promulgação do respectivo código não havia a expressa previsão normativa, gerando contestações ilegítimas ainda que a prova representasse de maneira fidedigna a materialidade do direito objeto do litígio.

Cumprir registrar, que o art. 411, inciso II do NCPC, trata da autenticidade dos documentos, inclusive por meio eletrônico, tido como autêntico. Examine-se:

Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando:

(...)

II - a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, inclusive eletrônico, nos termos da lei; (Grifou-se).

(...)

Cumprir destacar que a Lei nº 12.965/14 prevê garantias à privacidade das comunicações e do conteúdo inserido na rede, algo relevante para os usuários da rede.

Nesse diapasão, o art. 10 da retrocitada lei, trata da guarda e disponibilização dos registros de acesso a aplicações da Internet bem como preservação da intimidade, da vida privada, honra, imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas. Confira-se:

Lei nº 12.965/14:

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

§ 1º O provedor responsável pela guarda somente será obrigado a disponibilizar os registros mencionados no caput, de forma autônoma ou

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

associados a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial, na forma do disposto na Seção IV deste Capítulo, respeitado o disposto no art. 7o.

§ 2o O conteúdo das comunicações privadas somente poderá ser disponibilizado mediante ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, respeitado o disposto nos incisos II e III do art. 7o.

§ 3o O disposto no caput não impede o acesso aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, na forma da lei, pelas autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição.

§ 4o As medidas e os procedimentos de segurança e de sigilo devem ser informados pelo responsável pela provisão de serviços de forma clara e atender a padrões definidos em regulamento, respeitado seu direito de confidencialidade quanto a segredos empresariais.

Tal artigo está em consonância aos elementos acostados pela Fiscalização, pois prevê a utilização de mecanismos que preservam o adequado uso das provas eletrônicas no processo.

Dessa forma, verifica-se que o direito assegura as garantias necessárias à interação com o mundo digital, tanto para comprovação da ocorrência de fatos no ambiente virtual como respaldar e proteger àqueles que dele se utilizam.

Assim, caracterizada a infringência à legislação tributária, estando o crédito tributário regularmente formalizado e não tendo a Autuada apresentado prova capaz de elidir o trabalho fiscal, corretas as exigências fiscais.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Ivana Maria de Almeida (Revisora) e Vander Francisco Costa.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2017.

Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior
Presidente

Wagner Dias Rabelo
Relator